

LESBIANISMOS E FEMINISMOS ENCONTROS E DESENCONTOS E AS LIGAÇÕES ENTRE ACTIVISMO E ACADEMIA

Manuela Tavares

*Doutorada em Estudos sobre as Mulheres
Investigadora no CEMRI – Universidade Aberta
Membro da direcção da UMAR*

RESUMO

A ligação entre activismo e academia nunca constituiu uma questão pacífica. Uma das áreas de investigação onde a ligação entre activismo e academia é imprescindível situa-se nos estudos feministas e lésbicos. As principais teóricas do lesbianismo estiveram ligadas aos movimentos feminista e lésbico. Os encontros e desencontros entre lesbianismos e feminismos surgiram do activismo e foi a partir deste, que se desenvolveram estudos académicos. Algumas das interrogações que se colocam no campo do activismo lésbico carecem de maior reflexão teórica.

Foi no campo LGBT que os lesbianismos mais se apoiaram em Portugal. Mas, será que estes necessitam de autonomia para ganhar maior visibilidade? A sua maior ligação aos feminismos poderá favorecer esse trajecto de afirmação? Ou a estratégia terá de ser própria? Desafiando grande parte das teorizações sobre questões de género e sexualidade será que a corrente *Queer* pode representar um desafio teórico nesta área, com repercussões no activismo?

KEYWORDS:

Lesbianismos; Feminismos; Sexualidades; Estudos Feministas, Movimentos LGBT

INTRODUÇÃO

A ligação entre activismo e academia não constitui uma questão pacífica nos tempos actuais, mesmo entre quem faz investigação em Estudos Feministas, Estudos sobre as Mulheres ou Estudos de Género (EMGF), designação utilizada por Maria do Mar Pereira na sua tese de doutoramento sobre *Pushing the Boundaries of Knowledge: An Ethnography of Negotiations of the Epistemic Status of Women's, Gender, Feminist Studies in Portugal* (2011), que procura analisar o estatuto epistémico dos EMGF, ou seja o grau em que o conhecimento produzido nesta área é reconhecido, dentro e fora da comunidade académica como sendo conhecimento válido e relevante.

Na maioria dos países, a institucionalização académica dos feminismos esteve ligada aos movimentos feministas. Assim aconteceu nos EUA, em Inglaterra, na Alemanha, por exemplo, onde os *women's studies* foram, numa fase inicial, considerados “o braço académico” dos movimentos de mulheres. Por sua vez, a fragilidade dos movimentos feministas em alguns países foi considerada uma das razões para o atraso académico nesta área. Contudo, em

países como a Itália com fortes movimentos, os estudos na academia não avançaram porque a tendência era para que estes se desenvolvessem fora das universidades. O mesmo aconteceu em França após o Maio de 1968, onde a maior produção intelectual feminista se fazia fora das universidades, sendo bem conhecido o contributo teórico feminista da revista *Cahiers du Grif*. Em Portugal, não sendo a fragilidade dos feminismos a única causa do atraso académico nesta área, coloca-se na actualidade a necessidade de um “contágio recíproco” que evite a despolitização do conhecimento feminista e que forneça as bases teóricas para que novas causas sejam consideradas na agenda ou nas agendas feministas deste novo século.

Uma das áreas de investigação onde a ligação entre activismo e academia é de todo imprescindível é a dos estudos feministas e a dos estudos lésbicos.

A “revolta de *Stonewall*”, que integrou grande número de lésbicas, surgiu como protesto às rusgas policiais nos bares de encontro de gays e lésbicas. Na mesma altura, nascia também o movimento feminista e muitas lésbicas integraram esse movimento. O próprio movimento foi portador de muitas das suas reivindicações e as lésbicas envolveram-se em lutas feministas como o direito ao aborto.

Esta ligação entre feminismos e lesbianismo não é isenta de contradições como se pode constatar pelos posicionamentos de duas teóricas fundamentais nesta área Adrienne Rich e Monique Wittig. Ambas estiveram ligadas aos movimentos feminista e lésbico. Enquanto que Rich associa a existência lésbica à experiência feminina, Wittig afirma que as lésbicas não são mulheres. As teorias de Rich e Wittig representam, de um certo modo, as divergências entre as «lésbicas feministas» e as «lésbicas radicais». Contudo, ambas dão um contributo fundamental ao situar a heterossexualidade como uma instituição política, que joga um papel central na construção das relações hierárquicas entre os sexos.

Em Portugal, os encontros e desencontros entre feminismos e lesbianismos carecem de maior formulação teórica e de algumas interrogações. Apesar de ter sido no campo LGBT que os lesbianismos mais se apoiaram, será que estes necessitam de autonomia para que possam ganhar maior visibilidade? A sua maior ligação aos feminismos poderá favorecer esse trajecto de afirmação? Ou a estratégia terá de ser própria, tal como propunha Monique Wittig? Desafiando grande parte das teorizações sobre questões de género e sexualidade será que a corrente *Queer* pode representar um desafio teórico nesta área, com repercussões no activismo?

“O FEMINISMO LEMBRA AO LESBIANISMO QUE ELE DEVE CONTAR COM A SUA INCLUSÃO NA «CLASSE» DAS MULHERES”.

“O LESBIANISMO ALERTA O FEMINISMO PARA A SUA TENDÊNCIA EM TRATAR SIMPLES CATEGORIAS FÍSICAS COMO ESSÊNCIAS IMUTÁVEIS E DETERMINANTES”.

SERÁ ASSIM ?

A perspectiva segundo a qual a heterossexualidade é uma construção social desenvolveu-se nos anos de 1970 num contexto efervescente dos movimentos feministas nas sociedades ocidentais. Adrienne Rich, em artigo publicado na revista *Nouvelles Questions Féministes*, em 1981, afirmava que a heterossexualidade não tinha nada de natural e tinha sido imposta às mulheres por diversos constrangimentos económicos, sociais, políticos e ideológicos, que asseguravam a apropriação das mulheres pelos homens. A divisão sexual do trabalho em que as mulheres têm a seu cargo as tarefas domésticas e de cuidados com as crianças, assim como outras situações de “exploração” económica e social, acentuam tal dependência. Deste modo, a apropriação das mulheres pelos homens sustentava-se num discurso “naturalista” sobre a sexualidade e sobre o “instinto maternal” das mulheres. O lesbianismo seria, assim, uma forma de resistência à “apropriação masculina”.¹

A “revolta de *Stonewall*”, ocorrida em Nova Iorque a 28 de Junho de 1969 foi o ponto de partida para a afirmação de um movimento pela afirmação dos direitos dos “gays” e das “lésbicas”, hoje conhecido como movimento LGBT (Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero).

Segundo Monique Wittig, uma das teóricas do lesbianismo, existe uma relação real entre feminismo e lesbianismo, embora ela seja eivada de alguma complexidade:

“Politicamente o feminismo, enquanto fenómeno teórico e prático, inclui o lesbianismo. Sem o feminismo, o lesbianismo como fenómeno político não teria existido. (...) No plano teórico, o feminismo e o lesbianismo articulam as suas posições de uma maneira em que um interroga sempre o outro. O feminismo lembra ao lesbianismo que ele deve contar com a sua inclusão na «classe» das mulheres. O lesbianismo alerta o feminismo para a sua tendência em tratar simples categorias físicas como essências imutáveis e determinantes. (...) O lesbianismo é historicamente uma cultura graças à qual nós podemos questionar politicamente a sociedade heterossexual e as suas categorias heterossexuais (...)”²

Monique Wittig considera que a heterossexualidade é o regime político sobre o qual vivemos, fundado nas relações de exploração, opressão e apropriação das mulheres pelos homens. Procura, ainda, desconstruir a linguagem e o discurso que cria as categorias de sexo e a noção de diferença. Deste modo, a ideologia da diferença, sobre a qual se apoiam as categorias de sexo, serviria para justificar ou tornar invisíveis as relações de dominação, pelo que se deveria abolir política e ideologicamente as categorias de sexo e destruir o sistema político heterossexual.

Segundo a investigadora Louise Brossard, existe um contributo importante de Adrienne Rich e de Monique Wittig ao situar a heterossexualidade como uma instituição política, que joga um papel central na construção das relações hierárquicas entre os sexos:

“Elas operaram uma ruptura epistemológica com as teóricas e militantes feministas dos anos anteriores. Contudo, uma diferença ocorre entre as duas autoras. Enquanto que Rich associa a existência lésbica à experiência feminina, Wittig afirma que as lésbicas não são mulheres (...); as teorias de Rich e Wittig representam, de um certo modo, as divergências entre as «lésbicas feministas» e as «lésbicas radicais». (...) Segundo Louise Turcotte, Rich prossegue a tradição dos movimentos feministas ocidentais do século XX que se reclama do ponto de vista das

¹ RICH, Adrienne (1981), « La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne », *Nouvelles Questions Féministes*, 1.

² WITTIG, Monique, (2001), *La pensée straight*, Paris, Balland (modernes), pp. 106-107. (reedição da obra original que é de 1980).

mulheres. Esta referência à experiência feminina contém os traços de uma visão essencialista da existência lésbica que não permite questionar as categorias de sexo. Ao contrário, Wittig teria revolucionarizado a abordagem teórica e política da apropriação das mulheres ao propor uma visão materialista da existência lésbica. Segundo esta perspectiva, as lésbicas seriam analisadas como um grupo social que resiste a um sistema de opressão historicamente constituído.³

Contudo, a contestação à visão de que o lesbianismo seria a forma de resistência à apropriação pelos homens surge logo na década de 1980 na revista *Nouvelles Questions Féministes*, através de um artigo de Emmanuèle de Lesseps,⁴ onde esta autora afirma que o lesbianismo não é a única forma de resistência à dominação masculina e que a heterossexualidade não significa necessariamente uma submissão à «ordem patriarcal», pelo que o feminismo constituía uma das respostas às relações hierárquicas entre os sexos. Deste modo, as feministas heterossexuais contribuem também para a transformação das relações sociais entre os sexos. A mesma autora recusa a ideia de que o lesbianismo seja uma «escolha política», pois dessa forma as escolhas sexuais das feministas assentariam mais num «dever social» do que no seu próprio desejo pessoal, sendo que tal concepção da sexualidade acabava por reflectir uma visão «puritana e masculina».

Os anos de 1980 foram marcados pelo debate teórico lesbianismo/feminismo, revelador de diferentes perspectivas sobre o lesbianismo. Contudo, segundo Louise Turcotte, este debate já existia nos grupos feministas da década de 1970. Nos EUA, as feministas heterossexuais tinham receio de que o movimento perdesse a sua «credibilidade política» por causa de uma forte presença de lésbicas, as quais teriam uma «visão mais subversiva» sobre o mundo. Em França, a presença de lésbicas no movimento feminista não causou de início problemas, mas a criação, por parte de algumas lésbicas de um grupo político lésbico,⁵ trouxe alguns confrontos políticos, na medida em que este grupo foi acusado de querer “tomar o poder” dentro do movimento.

Os conflitos cristalizaram-se em torno da estratégia política a seguir e o principal argumento das feministas baseava-se na não divisão do movimento. A base comum de referência teórica era a da existência de um sistema patriarcal a combater para acabar com a opressão das mulheres. Contudo, a questão lésbica não era colocada na ordem do dia, em termos de reivindicações de direitos. Existia, assim, uma situação histórica favorável à autonomia de um movimento lésbico, que tinha vontade política de existir e de construir a sua própria identidade. O pensamento de Monique Wittig acaba por constituir a base teórica de uma corrente lésbica radical, que surgiu da própria corrente radical do feminismo, mas que pretendia a sua «independência» em termos de pensamento, na medida em que analisava a

³ BROSSARD, Louise (2003), “Adrienne Rich et Monique Wittig: un point de départ pour penser l'hétérosexualité et les rapports sociaux de sexe », in CHETCUTI, Natacha et MICHARD Claire, orgs., *Lesbianisme et Féminisme, Histoires Politiques*, Paris, L'Harmattan, pp. 27-28.

⁴ LESSEPS, Emmanuèle de (1980), “Hétérosexualité et Féminisme », in *Questions Féministes*, 7.

⁵ Este grupo chamava-se “*Le Front Lesbien International*» que chegou a ter lésbicas de vários países, mas teve uma curta existência.

heterossexualidade como um sistema social opressivo e não como uma simples prática sexual.⁶

VISIBILIDADES/INVISIBILIDADES DAS LÉSBICAS EM PORTUGAL

Na década de 1990, surgem diferentes perspectivas e formas de acção, destacando-se uma vertente forte pelos direitos civis que, em Portugal, tem vindo a ter uma crescente expressão, em especial a partir da segunda metade dos anos 1990.⁷ Em 1996, a ILGA-Portugal apresentou como principal reivindicação a alteração do artigo 13º da Constituição para ser incluída a “orientação sexual” como um dos critérios de não discriminação. O reconhecimento das “uniões de facto” entre pessoas do mesmo sexo foi outra das questões levantadas pelo movimento LGBT, a partir de 1997. Uma das formas públicas de expressão do movimento LGBT são as chamadas “Marchas do Orgulho Gay”, ou mais precisamente “Marchas do Orgulho LGBT”⁸, realizadas nos últimos anos em Portugal. Em 2005, a Marcha que percorreu a Avenida da Liberdade em Lisboa, tinha como principais palavras de ordem: “Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgenders: nós também somos famílias”; “Diversidade, Liberdade, Felicidade”; “A diferença está no preconceito”; “Cumprir a Constituição, Homofobia Não”. No boletim “Zona Livre” do Clube Safo, num artigo sobre esta Marcha, afirmava-se: “Temos que admitir, uma vez por todas, que a forma de desafiar os poderes instituídos é através da visibilidade. (...) Sem visibilidade arriscamo-nos a ser como toupeiras, a escavar túneis muito sofisticados que não venham a ser rentabilizados por não serem conhecidos”.⁹

Segundo a investigadora Ana Cristina Santos, membro da Associação “Não te Prives”:¹⁰ “as preocupações que marcam o percurso do movimento feminista português cruzam-se com muitas das reivindicações do movimento LGBT pelo que ambas as lutas convergem em determinados momentos. (...) o sistema de opressão – o patriarcado – é comum a ambos na medida em que impõe modelos estereotipados de homem e de mulher conferindo a cada um papéis sociais predeterminados em função do género”.¹¹ Para Miguel Vale de Almeida, antropólogo e activista LGBT, “o primeiro golpe significativo no patriarcado foi dado pelo movimento feminista nas lutas pela contestação dos estereótipos de género e da concomitante

⁶ Actualmente, o movimento LGBT utiliza o termo “Heterossexismo” para designar o sistema ideológico que assume a heterossexualidade como superior, promovendo a opressão, negação e discriminação das pessoas de orientação sexual diferente.

⁷ As principais associações/grupos que trabalham na área LGBT em Portugal são as seguintes: ILGA-Portugal, Clube Safo, Rede Ex-Aequo, Panteras Rosa - Frente de Combate à Homofobia, Associação “Não te Prives”, “Opus-Gay”, núcleo de trabalho LGBT da Amnistia Internacional. É de referir, contudo, que em 1974 existiu um Manifesto de Acção Homossexual Revolucionária e que o Grupo de Trabalho Homossexual do PSR (GTH) teve no início dos anos de 1990 um papel importante no levantamento de reivindicações.

⁸ LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgéneros.

⁹ “Zona Livre”, nº 48, Julho de 2005, p.6. [http://www.clubesafo.com/zona/ZL%2048%20\(Jul05\).pdf](http://www.clubesafo.com/zona/ZL%2048%20(Jul05).pdf)

¹⁰ Esta associação foi formada em Coimbra em Novembro de 2001.

¹¹ SANTOS, Ana Cristina (2004), “Direitos Humanos e minorias sexuais em Portugal”, in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp.143-182.

desigualdade legal e social de mulheres e homens. Aberta esta brecha, as identidades de LGBT puderam abrir o caminho de uma contestação do heterossexismo e da homofobia”.¹²

Luísa Corvo da associação ILGA-Portugal,¹³ formada em 1995 e que na altura coordenava um grupo de intervenção e reflexão lésbica (GIRL) considera que em Portugal a luta contra a discriminação em função da orientação sexual nasce de grupos mistos, ao contrário da maior parte dos países em que a luta veio de um dos ramos do feminismo, o lesbianismo. “O movimento lésbico foi-se criando. Havia uma revista que era a *Organa*, depois uma revista *Lilás* mas só com o aparecimento das associações é que o movimento passou a ter mais intervenção na sociedade, mas foi só nos anos de 1990. De 1974 a 1990 houve alguns episódios esporádicos, como o festival de cinema, a revista feminista *Artemísia*, que tinha alguns artigos e pouco mais”. Ainda, segundo Luísa Corvo, foram os movimentos LGBT no que ganharam força e, dentro destes, as lésbicas avançaram também.

Uma referência importante na conquista de uma autonomia lésbica no movimento LGBT foi a constituição da Associação Clube Safo,¹⁴ em 1996, fruto do empenhamento de um pequeno grupo de lésbicas sensível à necessidade da criação de um espaço de diálogo e de partilha. Do primeiro encontro realizado em Junho de 1996, onde se juntaram uma dezena de mulheres, o movimento foi crescendo, dando lugar a encontros bimestrais por todo o país, espaços de convívio e debate. O primeiro número do seu boletim “Zona Livre” surgiu em Setembro de 1997.

É interessante analisar que a intervenção nesta área dos direitos surge, em Portugal, trinta anos após os movimentos LGBT terem feito história em outros países, onde o movimento feminista teve maior força. Em 2000, a 7 de Outubro, na manifestação da Marcha Mundial de Mulheres em Lisboa, surge pela primeira vez um “Manifesto Lésbico”, destacando-se as seguintes reivindicações: reconhecimento das lésbicas como pessoas com plenos direitos; direito ao corpo, à sexualidade, ao aborto e à educação sexual e cívica; plena igualdade de direitos para todas as uniões civis; direito à maternidade, à inseminação artificial e à adopção; direito à saúde, incluindo meios de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; direito a uma educação que não omita outras formas de sexualidade, de afecto e de família. Em 2002, realizam-se as I Jornadas Lésbicas, em Portugal. Estas jornadas resultaram da colaboração

¹² ALMEIDA, Miguel Vale de (2006), “A situação legal e social da população LGBT”, in *Um outro Mundo é possível*, Lisboa, FSP, Edições Colibri, p. 146.

¹³ A associação ILGA-Portugal identifica-se como uma “associação de solidariedade social que luta pela melhoria da qualidade de vida, integração e interacção da população homossexual, lésbica, bissexual e *transgender* na sociedade em geral. Procura desenvolver as suas actividades no sentido de provocar uma alteração do preconceito em relação à homossexualidade e também no sentido de lutar contra a discriminação com base na orientação sexual. Mantém uma linha telefónica de apoio e informação, atendimento psicológico e jurídico, actividades culturais, organiza anualmente o Festival de Cinema Gay e Lésbico, realiza trabalho de prevenção na área VIH/SIDA, edita o Guia Gay e Lésbico da cidade de Lisboa, realiza trabalho político para defender os direitos da comunidade homossexual em colaboração com organizações congéneres. (do folheto “Quem somos, o que queremos, o que fazemos”).

¹⁴ “Safo” é o nome de uma ilustre mulher das artes nascida em Metilene na ilha grega de Lesbos, cerca do século VI AC. É provavelmente uma das figuras lésbicas mais conhecidas a quem Platão, muitos anos após a sua morte, dirigiu o seguinte texto: “Alguns dizem que as musas são nove, mas estão enganados, olhai a décima, Safos de Lesbos”.

com o Instituto Superior de Psicologia Aplicada e, em 2004, neste mesmo âmbito, surge o Encontro sobre Homoparentalidade em colaboração com o grupo “Panteras Rosa”- Frente de Combate à Homofobia.

As actividades do Clube Safo desenvolveram-se em torno de: encontros de debate e reflexão sobre temas relacionados com a defesa dos direitos das lésbicas; actividades com carácter lúdico, recreativo ou cultural, procurando-se promover redes de sociabilização alargadas, contribuindo para minorar o isolamento e a guetização; colaboração com outras ONG’s, nacionais e estrangeiras, na intervenção social e política pelos direitos da população LGBT e pelos Direitos Humanos; edição de publicações próprias (nomeadamente a Zona Livre), elaboração de estudos e sua divulgação; intervenção de defesa dos direitos das associadas e divulgação das suas posições comuns. Segundo Eduarda Ferreira que foi dirigente do Clube Safo as questões de género atravessam o movimento LGBT, porque as mulheres têm que lutar pela sua visibilidade no movimento.

“No seio do movimento LGBT, embora os homens não coloquem directamente entraves, existe uma necessidade das lésbicas lutarem muito mais para terem visibilidade. Elas trabalham sempre muito, mas quando chega à parte da visibilidade, do poder, os problemas surgem. Eles assumem mais a liderança e embora não coloquem entraves às lésbicas não lhes deixam muito espaço.”¹⁵

Sobre as ligações entre feminismo e lesbianismo, Eduarda Ferreira considera, tal como Luísa Corvo que a ligação do lesbianismo ao feminismo foi fraca.

Para Clara Carvalho, uma das actuais dirigentes do Clube Safo: “é difícil ser-se lésbica numa sociedade heterossexista, preconceituosa e discriminatória. Nelas, as lésbicas são forçadas a ser invisíveis, porque desejam sexualmente e sentimentalmente outras mulheres, contradizendo a norma androcêntrica de uma sociedade, na qual as mulheres devem estar disponíveis para serem desejadas e para atenderem aos desejos dos homens”.¹⁶ Esta forçada invisibilidade terá de ser quebrada nos movimentos sociais.

A CORRENTE QUEER

O activismo *Queer*¹⁷ surge na década de 1990 como uma forma de afirmação contestatária do movimento gay, lésbico, bissexual e transgénero. “Visava questionar a estigmatização de práticas sexuais «anormais» como a transexualidade, o travestismo e o fetichismo, por parte da direita política, e também por parte de certas correntes do movimento feminista”. (MACEDO, AMARAL:2005:185) Nascendo de uma crítica muito acutilante a uma possível assimilação do movimento por via de uma normalização da figura do homossexual com uma identidade bem definida, procurou colocar em causa as significações identitárias nos eixos da dominação/subordinação, como no sistema sexo/género.

¹⁵ Entrevista a Eduarda Ferreira a 7 de Maio de 2007.

¹⁶ Depoimento no Seminário de ONGs de mulheres de encerramento do Ano Europeu da Igualdade: “Discriminações ... ainda por ser mulher?!”, 10 de Outubro de 2007.

¹⁷ A palavra “Queer” associa-se a algo raro, singular, estranho.

Segundo Ana Luísa Amaral: “embora se atribua a Judith Butler (1990) e a Eve Sedgwick (1993) o papel de fundadoras da teoria “*Queer*”, seria Teresa de Lauretis quem, em 1991, primeiro usaria o termo”.¹⁸ Os estudos *Queer*, ainda sem grande peso em Portugal, abriram caminho para fazer emergir a crítica à masculinidade dominante, identificando o patriarcado como um dos regimes de masculinidade dominante. Deste modo, existem masculinidades e feminilidades alternativas. As identidades surgem como múltiplas, não fixas nem estáveis, mas sujeitas a uma constante transformação. A instabilidade identitária leva à multiplicidade de condições “femininas” e “masculinas”, desafiando-se grande parte das teorizações sobre questões de género e sexualidade. Neste âmbito, há quem fale de “uma re-invenção do feminismo, a partir dos estudos *Queer*”.

“O feminismo contemporâneo tem que assumir a defesa de todos os excluídos do sistema de sexo/género tradicional, reconhecendo que o marcador de exclusão /subordinação não é neutramente biológico (ser fêmea), mas sim sócio-cultural (ser feminino). A defesa das feminilidades e masculinidades não dominantes, recusando paralelamente a fixidez dessas feminilidades e masculinidades não dominantes e fixidez das masculinidades como opostas a feminilidades subordinadas, é o código postal deste caminho. (...) Isto implica reconhecer que existem mulheres que não são vítimas do sistema tradicional de sexo/género ou que só o são em determinados contextos, assim como existem homens que o são – tudo depende dos contextos institucionais, da dinâmica intergrupar e das estratégias de auto-identificação adoptadas”. (ROCHA, 2006:71-72)

Deste modo, o “feminismo *queer*” terá de ser contra a masculinidade dominante, colocando a crítica nesse tipo de masculinidade e não em relação a todas as masculinidades, pois muitas delas também serão oprimidas por essa masculinidade dominante e normativa. A questão essencial é a exclusão de muitas pessoas dos lugares de poder das masculinidades e feminilidades dominantes.

“Género” e “sexualidade”, embora relacionados são distintos e as relações entre eles são muitas vezes compreendidos e utilizados de formas diferentes, mas as fronteiras geradas pelo sistema género/sexo esbatem-se, apontando-se para a sua dissolução. Há quem afirme que a teoria *queer* reduz os feminismos a uma caricatura. Há quem pense que abre o campo dos feminismos. Um desafio teórico com repercussões no activismo, decerto, mas ainda longe do debate necessário na sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Miguel Vale de (2006), “A situação legal e social da população LGBT”, in *Um outro Mundo é possível*, Lisboa, FSP, Edições Colibri, p. 146.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2004a), “Teoria *Queer* e a contestação da categoria «género»”, in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp.91-98.
- AMARAL, Ana Luísa, “desconstruindo identidades: ler Novas cartas portuguesas à luz da teoria *queer*”, <http://web.lettras.up.pt/ilc/i> info texts on line.
- BRAIDOTTI, Rosi (2002), “The Uses and Abuses of the Sex/Gender Distinction in European

¹⁸ AMARAL, Ana Luísa, “desconstruindo identidades: ler Novas cartas portuguesas à luz da teoria *queer*”, <http://web.lettras.up.pt/ilc/i> info texts on line.

- Feminist Practices”, in GRIFFIN, G, BRAIDOTTI, Rosi, eds., *Thinking Differently: A Reader in European's Studies*, London, Zed Books, pp. 285-307.
- BRYSON, Valerie (1999), *Feminist Debates*, Londres, Macmillan.
- BROSSARD, Louise (2003), “Adrienne Rich et Monique Wittig: un point de départ pour penser l'hétérosexualité et les rapports sociaux de sexe », in CHETCUTI, Natacha et MICHARD Claire, orgs., *Lesbianisme et Féminisme, Histoires Politiques*, Paris, L'Harmattan, pp. 27-28.
- BUTLER, Judith (1990), *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York, Routledge.
- DI STEFANO, C. (1990), “Dilemmas of difference: feminism, modernity and postmodernism”, in NICHOLSON, Linda, Ed., *Feminism/Postmodernism* London, Routledge, pp. 76-96.
- LESSEPS, Emmanuèle de (1980), “Hétérosexualité et Féminisme », in *Questions Féministes*, 7.
- LOURO, Guacira (1999), *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica.
- MACEDO, Ana Gabriela, AMARAL, Ana Luisa (eds.) (2005) *Dicionário da Crítica Feminista*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Ana Cristina (2004), “Direitos Humanos e minorias sexuais em Portugal”, in *Indisciplinar a Teoria, Estudos Gays, Lésbicos e Queer*, Fenda Edições, pp.143-182.
- SANTOS, Ana Cristina (2006), “Direitos LGBT, uma questão de e para tod@s”, in *Um outro Mundo é possível*, Lisboa, FSP, Edições Colibri, pp. 149-152.
- WITTIG, Monique, (2001), *La pensée straight*, Paris, Balland (modernes), pp. 106-107. (reedição da obra original que é de 1980).
- RICH, Adrienne (1981), « La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne », *Nouvelles Questions Féministes*, 1.
- ROCHA, Anabela, “Activismo Queer e feminismo”, in ARAÚJO, Helena Costa, org., *Mulheres, Participação e Democracia, Ex-Aequo*, nº 13, 2006.